Prefeitura Municipal de Florestópolis
 ESTADO DO PARANÁ
 Rua Santo Inácio, 161 • Fone (43) 3662-1222 • CEP 86.165-000 • Florestópolis • PR
 CNPJ 75.845.495/0001-59

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 056/2019

Pregão Presencial nº 026/2019
 O Pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 001/2019, de 03/01/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 28/03/2019 às 09 horas, no endereço sito a Rua Santo Inácio, 161, FLORESTÓPOLIS – PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 056/2019 na modalidade de Pregão Presencial nº 026/2019.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado ou através do link: <http://portal.florestopolis.pr.gov.br/>.
 Objeto da Licitação: Aquisição de materiais de consumo odontológicos para atender os Centros de Especialidades Odontológicas do município.

Valor Total Máximo: R\$ 108.420,42 (Cento e Oito Mil Quatrocentos e Vinte Reais e Quarenta e Dois Centavos).

FLORESTÓPOLIS, 15 de março de 2019.

Devanir de Abreu
 Pregoeiro

DECRETO Nº 055/2019

NELSON CORREIA JUNIOR, Prefeito municipal, de Florestópolis, Comarca de Porecatu, Estado do Paraná, No uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, nos termos da vigente legislação, a SUBDIVISÃO do lote urbano de terras sob o nº. 16 da quadra nº 11-A, medindo 338,00 m², sem benfeitorias, localizado na VILA SÃO JOSÉ, desta cidade de Florestópolis, de propriedade de FRANCISCA DA SILVA AFRÍGIO, em 02 (dois) lotes que passarão a denominar-se lote nº 16, e nº 16-A, medindo 169,00 m², cada um, possuindo as seguintes medidas, divisões e confrontações:

- LOTE 16 – QUADRA 11-A
- VILA SÃO JOSÉ
- ÁREA : 169,00 m²
- Cadastro Imobiliário nº 1359
- FRENTE: Com a Rua Comendador Francisco Agudo Romão, nº 300, com 6,50 metros de extensão.
- LADO DIREITO : Com o lote nº 16-A, com 26,00 metros de extensão.
- LADO ESQUERDO: Com o lote nº 15, com 26,00 metros de extensão.
- FUNDO: Com o lote nº 08, com 6,50 metros de extensão.
- LOTE 16 – A – QUADRA 11-A
- VILA SÃO JOSÉ
- ÁREA : 169,00 m²
- Cadastro Imobiliário nº 6474
- FRENTE: Com a Rua Comendador Francisco Agudo Romão, nº 320, com 6,50 metros de extensão.
- LADO DIREITO : Com o lote nº 17, com 26,00 metros de extensão.
- LADO ESQUERDO: Com o lote nº 16, com 26,00 metros de extensão.
- FUNDO: Com o lote nº 08, com 6,50 metros de extensão.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogando as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS, aos 13 dias do Mês de Março de 2019.

DECRETO Nº 056/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município de Florestópolis, DECRETA:

Art. 1º - Atribuir à Sra. MARIA DO CARMO AGUIAR MACEDO, regime de JORNADA SUPLEMENTAR de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições contrárias.

Florestópolis-PR., 15 de março de 2019.

NELSON CORREIA JUNIOR
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 057/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município de Florestópolis, DECRETA:

Art. 1º - Atribuir à Sra. MARIA APARECIDA MEDEIROS MENDONÇA, regime de JORNADA SUPLEMENTAR de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de março de 2019, revogando-se as disposições contrárias.

Florestópolis-PR., 15 de março de 2019.

NELSON CORREIA JUNIOR
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 058/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município de Florestópolis, DECRETA:

Art. 1º - Atribuir à Sra. CLAUDINEIA ALVES SOARES SILVA, regime de JORNADA SUPLEMENTAR de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2019, revogando-se as disposições contrárias.

Florestópolis-PR., 15 de março de 2019.

NELSON CORREIA JUNIOR
 PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2019.

MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ
 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2019.
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS
 CONTRATADA: GRAF-COLLOR TIPOGRAFIA LTDA – ME.
 CNPJ: 00.304.465/0001-36.
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO E MONTAGEM DE 6.045 CARNÊS REFERENTES AO IPTU DE 2019.
 VALOR: R\$ 7.616,70 (SETE MIL SEISCENTOS E DEZESSEIS REAIS E SETENTA CENTAVOS).
 EMBASAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, II, LEI Nº 8.666/93.
 VIGÊNCIA: 03 (TRÊS) MESES.
 DATADO DE: 15/03/2019.

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Amparado pelos fundamentos expostos na decisão da Comissão de Licitação no procedimento administrativo nº 057/2019, da Prefeitura do Município de Florestópolis, e pelo disposto no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a Dispensa de Licitação para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO E MONTAGEM DE 6.045 CARNÊS REFERENTES AO IPTU DE 2019 e celebração de contrato com GRAF-COLLOR TIPOGRAFIA LTDA - ME, pelo preço total de R\$ 7.616,70 (Sete Mil Seiscentos e Dezesesseis Reais).

Florestópolis, 15 de março de 2019.

Nelson Correia Junior
 Prefeito do Município de Florestópolis

AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 ALVORADA DO SUL - PR

EDITAL Nº 003/2019

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – REGIME ESPECIAL
 Pelo presente instrumento de contrato, AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALVORADA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, cadastrada no CNPJ

sob o n. 114209270001-05, com sede na Rua Vereador Pereira Lima, 525, neste ato devidamente representado pelo Secretário (a) de Educação SR (a). JULIANA RIPOL MARTIN, brasileiro(a), casado(a), portador(a) da RG nº 4.131.440-0 SSP/PR e do CPF nº 843.167.489-04, aqui denominado “CONTRATANTE”, e AEDRA KARLA PACHECO FIRMANI, RG nº 10.082.073-0 - SSP/PR, CPF nº 065.790.079-66 e PIS/PASEP nº 160.07609.69-4, residente no município de ALVORADA DO SUL-PARANÁ aqui denominado “CONTRATADO”, nos termos do inciso IX do artigo 27 da Constituição Estadual, da Lei Municipal 1463-2007 e o constante no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº016/2017 de 05/12/2017 e retificado pelo Edital nº017/2017 de 11/12/2017, inscrição homologadas pelo Edital nº019/2017- de 28/12/2017, e Resultado Final homologado pelo Edital nº 003/2018 de 31/01/2018, celebram o presente CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL, mediante as cláusulas abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
 Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviço por parte do contratado na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em Regime de Trabalho de 30 horas semanais, junto à sede da contratante, conforme designação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA
 A vigência do presente contrato será de 14/03/2019, e término em 13/03/2020, podendo ser prorrogado por mais 01(um) ano, fixado pelo Artigo 5º Parágrafo 1º.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da doação orçamentária nas rubricas relacionadas 12.361.0012.2095, Atividades Manutenção Educação Básica e Capacitação de Professores, 319011.01.01 – Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoal Civil.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO
 A remuneração obedecerá às disposições contidas na Lei Municipal 1220/03 e alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS OBRIGATORIOS
 Será descontado da remuneração do contratado o valor correspondente a título de contribuição previdenciária (RGPS – Regime Geral da Previdência Social), bem como o valor correspondente e título de Imposto de Renda, de acordo com a legislação específica sobre cada uma das deduções.

Caso o contratado já seja contribuinte do teto da previdência, e se comprovado, referido desconto fica dispensado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS
 Ao contratado em regime especial aplica-se os seguintes direitos:

I – décimo terceiro salário; II – férias; III – licença paternidade de 5 (cinco) dias; IV - afastamento decorrente de casamento até 5 (cinco) dias, luto por falecimento do cônjuge, filho, pai mãe e irmão até 5 (cinco) dias; V – licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral; VI – direito de petição na forma prevista pelo art. 261 a 263 da Lei nº 6174/70;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES – São deveres do contratado em regime especial:

I – assiduidade; II – pontualidade; III – urbanidade; IV – disciplina; V – lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir; VI – observância das normas legais e regulamentares; VII – obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VIII – levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidade de que tiver ciência; IX – zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado; X – guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função; XI – apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que lhe for destinado para o caso; XII – proceder na vida pública e privada de forma a dignificar sempre a função pública; XIII – submeter-se à perícia médica que for determinada pela autoridade competente; XIV – comparecer à repartição às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocado, executando os serviços que lhe competirem.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PROIBIÇÕES – O contrato em regime especial não poderá:

I – referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, federal ou estadual, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço; II – retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de órgão estadual, com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos; III – valer-se da função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da mesma; IV – promover manifestações de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos, no recinto de serviço; V – enquanto na atividade, participar de diretoria, gerência, administração, Conselho Técnico ou Administrativo de empresa ou sociedade comercial ou industrial; a) contratante ou concessionária de serviço público estadual; b) fornecedora de equipamento ou material de qualquer natureza ou espécie, a qualquer órgão estadual; VI – praticar usura em qualquer de suas formas; VII – receber propinas, comissões, presente e vantagens de qualquer espécie, em razão da função; VIII – revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência, em razão da função, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial, policial ou administrativo; IX – cometer a pessoa estranha ao serviço do Estado, salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir, X – censurar pela imprensa as ou por qualquer outro órgão de divulgação pública as autoridades constituídas, podendo, porém, fazê-lo em trabalhos assinados, apreciando atos dessas autoridades sob o ponto de vista doutrinário, com animo construtivo; XI – entreter-se nos locais e horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço; XII – atender pessoas estranhas ao serviço, no local de trabalho, para o trato de assuntos particulares; XIII – empregar matérias e bens do Estado, em serviço particular, ou, sem autorização superior, retirar objetos de órgãos estaduais; XIV – aceitar representações de Estados estrangeiros; XV – incidir greves; XVI – exercer comércio entre os colegas de trabalho; XVII – valer-se da função para melhor desempenhar atividades estranhas às suas funções ou para lograr qualquer proveito, direto ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO – O contrato em regime especial rescinde-se:

I – Pelo descumprimento dos deveres previstos na cláusula sétima do presente contrato; II – pela transgressão das proibições da cláusula oitava do presente contrato; III – incidência em qualquer das hipóteses previstas na Lei nº 1550/08.

Parágrafo único – As infrações disciplinares serão apuradas pelo órgão contratante mediante averiguação sumária no prazo máximo de 30 (trinta) dias assegurada o contraditório e a ampla defesa, conforme previsão legal.

CLÁUSULA DECIMA – DA EXTINÇÃO – O contrato em regime especial extingue-se:

I – Pelo término do prazo contratual; II – por iniciativa das partes mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; III – por conveniência do órgão ou entidade contratante.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, no presente de duas testemunhas.

Alvorada do Sul, 14 de março de 2019.

AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 AEDRA KARLA PACHECO FIRMANI

EDITAL Nº 001/2019

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – REGIME ESPECIAL
 Pelo presente instrumento de contrato, AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALVORADA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, cadastrada no CNPJ sob o n. 114209270001-05, com sede na Rua Vereador Pereira Lima, 525, neste ato devidamente representado pelo Secretário (a) de Educação SR (a). JULIANA RIPOL MARTIN, brasileiro(a), casado(a), portador(a) da RG nº 4.131.440-0 SSP/PR e do CPF nº 843.167.489-04, aqui denominado “CONTRATANTE”, e MARIANI PININGA MONTEIRO DOS SANTOS, RG nº 9.465.201-4 - SSP/PR, CPF nº 057.347.539-39 e PIS/PASEP nº 16859200.08-2, residente no município de ALVORADA DO SUL - PARANÁ aqui denominado “CONTRATADO”, nos termos do inciso IX do artigo 27 da Constituição Estadual, da Lei Municipal 1463-2007 e o constante no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº016/2017 de 05/12/2017 e retificado pelo Edital nº017/2017 de 11/12/2017, inscrição homologadas pelo Edital nº019/2017- de 28/12/2017, e Resultado Final homologado pelo Edital nº 003/2018 de 31/01/2018, celebram o presente CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL, mediante as cláusulas abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
 Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviço por parte do contratado na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em Regime de Trabalho de 30 horas semanais, junto à sede da contratante, conforme designação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA
 A vigência do presente contrato será de 01/03/2019, e término em 28/02/2020, podendo ser prorrogado por mais 01(um) ano, fixado pelo Artigo 5º Parágrafo 1º.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da doação orçamentária nas rubricas relacionadas 12.361.0012.2095, Atividades Manutenção Educação Básica e Capacitação de Professores, 319011.01.01 – Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoal Civil.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO
 A remuneração obedecerá às disposições contidas na Lei Municipal 1220/03 e alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS OBRIGATORIOS
 Será descontado da remuneração do contratado o valor correspondente a título de contribuição previdenciária (RGPS – Regime Geral da Previdência Social), bem como o valor correspondente e título de Imposto de Renda, de acordo com a legislação específica sobre cada uma das deduções.

Caso o contratado já seja contribuinte do teto da previdência, e se comprovado, referido desconto fica dispensado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS
 Ao contratado em regime especial aplica-se os seguintes direitos:

I – décimo terceiro salário; II – férias; III – licença paternidade de 5 (cinco) dias; IV - afastamento decorrente de casamento até 5 (cinco) dias, luto por falecimento do cônjuge, filho, pai mãe e irmão até 5 (cinco) dias; V – licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral; VI – direito de petição na forma prevista pelo art. 261 a 263 da Lei nº 6174/70;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES – São deveres do contratado em regime especial:

I – assiduidade; II – pontualidade; III – urbanidade; IV – disciplina; V – lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir; VI – observância das normas legais e regulamentares; VII – obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VIII – levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidade de que tiver ciência; IX – zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado; X – guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função; XI – apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que lhe for destinado para o caso; XII – proceder na vida pública e privada de forma a dignificar sempre a função pública; XIII – submeter-se à perícia médica que for determinada pela autoridade competente; XIV – comparecer à repartição às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocado, executando os serviços que lhe competirem.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PROIBIÇÕES – O contrato em regime especial não poderá:

I – referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, federal ou estadual, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço; II – retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de órgão estadual, com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos; III – valer-se da função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da mesma; IV – promover manifestações de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos, no recinto de serviço; V – enquanto na atividade, participar de diretoria, gerência, administração, Conselho Técnico ou Administrativo de empresa ou sociedade comercial ou industrial; a) contratante ou concessionária de serviço público estadual; b) fornecedora de equipamento ou material de qualquer natureza ou espécie, a qualquer órgão estadual; VI – praticar usura em qualquer de suas formas; VII – receber propinas, comissões, presente e vantagens de qualquer espécie, em razão da função; VIII – revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência, em razão da função, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial, policial

ou administrativo; IX – cometer a pessoa estranha ao serviço do Estado, salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir, X – censurar pela imprensa as ou por qualquer outro órgão de divulgação pública as autoridades constituídas, podendo, porém, fazê-lo em trabalhos assinados, apreciando atos dessas autoridades sob o ponto de vista doutrinário, com animo construtivo; XI – entreter-se nos locais e horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço; XII – atender pessoas estranhas ao serviço, no local de trabalho, para o trato de assuntos particulares; XIII – empregar matérias e bens do Estado, em serviço particular, ou, sem autorização superior, retirar objetos de órgãos estaduais; XIV – aceitar representações de Estados estrangeiros; XV – incidir greves; XVI – exercer comércio entre os colegas de trabalho; XVII – valer-se da função para melhor desempenhar atividades estranhas às suas funções ou para lograr qualquer proveito, direto ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO – O contrato em regime especial rescinde-se:

I – Pelo descumprimento dos deveres previstos na cláusula sétima do presente contrato; II – pela transgressão das proibições da cláusula oitava do presente contrato; III – incidência em qualquer das hipóteses previstas na Lei nº 1550/08.

Parágrafo único – As infrações disciplinares serão apuradas pelo órgão contratante mediante averiguação sumária no prazo máximo de 30 (trinta) dias assegurada o contraditório e a ampla defesa, conforme previsão legal.

CLÁUSULA DECIMA – DA EXTINÇÃO – O contrato em regime especial extingue-se:

I – Pelo término do prazo contratual; II – por iniciativa das partes mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; III – por conveniência do órgão ou entidade contratante.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, no presente de duas testemunhas.

Alvorada do Sul, 01 de março de 2019.

AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 MARIANI PININGA MONTEIRO DOS SANTOS

EDITAL Nº005/2019.

A Diretora Superintendente da Autarquia Municipal de Educação de Alvorada do Sul, Estado do Paraná, convoca os candidatos aprovados no Processo de Seleção Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 016/2017 – de 05/12/2017, e retificado pelo Edital nº017/2017 de 11/12/2017, inscrições homologadas pelo edital nº019/2017- de 28/12/2017, e resultado final homologado pelo edital nº003/2018 – de 31/01/2018, abaixo descritos, com respectivo código de inscrição, para efetivar contratação.

CLASSIF	NOME	CARGO	IDENTIDADE
19º	ISAURA CRISTINA DONIZETE ZANINELLO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	4.958.663-9
20º	ELIANE LOCATELLI PICOLO DE MELO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	8.637.032-8

Os candidatos deverão comparecer a Divisão de Recursos humanos, desta Autarquia Municipal de Educação, no prazo de 05(cinco) dias úteis para procedimentos de nomeação.

EDIFÍCIO DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALVORADA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JULIANA RIPOL MARTIN
 Diretora Superintendente da AAMEAS

MARCOS ANTONIO VOLTARELLI
 Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
 ALVORADA DO SUL - PR

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO 17/2018 - OBJETO DA LICITAÇÃO

Processo dispensa Nº. 5/2018.
 CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALVORADA DO SUL - PR
 CONTRATADO: AUTOPLACAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS LTDA INSCRIÇÃO SOB CNPJ Nº. 78.946.845/0001-61

PROCESSO DISPENSA:5/2018
 CONTRATO: 17/2018
 DOTAÇÕES

Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2220	52.005.10.302.0022.2081	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO
 O presente Termo Aditivo tem por objetivo o realinhamento de preço no valor unitário do contrato 17/2018, celebrado entre as partes 13/03/2018, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
 A lei 8.666/93 atenta a essa possibilidade estabelece o mecanismo de reajuste de preços para que em casos de quebra do equilíbrio contratual se possa reajustá-lo.

Tal previsão consta do art. 65, II, d da referida lei, in verbis:
CLÁUSULA TERCEIRA – DO REALINHAMENTO

a- Com o realinhamento contido neste termo de aditivo, o valor unitário para o Lote 01 Item 01 do contrato PARES DE PLACAS EM ALUMINIO PARA VEICULOS NOVOS passará de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) para R\$ 245,00(Duzentos e quarenta e cinco reais).

b- Com o realinhamento o valor total de contrato passara de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para R\$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais)

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alterado pelo presente Termo Aditivo.

DATA DE ASSINATURA: 13/03/2019

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL- REGISTROS DE PREÇOS
 Comunicamos aos interessados que será disponibilizada a licitação a seguir: pregão presencial nº 003/2019 – OBJETO-CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA EVENTUAL COMPRA DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR PARA OS SETORES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE.

O edital acima será disponibilizado e poderá ser obtido através do site www.alvoradadusul.pr.gov.br, quaisquer informações necessárias pelo fone (43) 3157-1006 - 1008 ou ainda pelo e-mail: licitacao@alvoradadusul.pr.gov.br. Serão respeitadas as prerrogativas das leis complementares 123/2006, 147/2014. Alvorada do Sul - Pr, 15 de Março de 2019.

Roberes Rivelino da Silva – pregoeiro 002/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO
 Estado do Paraná

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2018
EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO
 CONTRATADO: CONSTRUTORA DJ LTDA – ME

OBJETO: Reforma e ampliação do hospital municipal de Primeiro de Maio, Convênio nº 0892/018/ SESAFUNSAUDE, Programa: Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná – HOSPSUS.

VALOR: R\$ 659.789,91 (seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos)

VIGENCIA: 540 (quinhentos e quarenta dias)
 REFERÊNCIA: Tomada de Preços Nº 04/2018

FORO: Comarca de Primeiro de Maio/PR.
 FISCAL DO CONTRATO: Carlos Eduardo Marcondes

Publique-se.
 Primeiro de Maio, 14 de Março de 2019.

BRUNA DE OLIVEIRA CASANOVA
 Prefeita